

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 125/2025
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 042/2025

EDITAL

O **MUNICÍPIO DE AFRÂNIO** – Estado de Pernambuco, pessoa jurídica de direito público, através do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ nº 29.945.539/0001-03, através do Operador de Compra Direta e Equipe de Apoio, designados através da portaria nº 015/2025, torna público, para conhecimento das empresas interessadas que realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, na hipótese do **art. 75, inciso II**, nos termos da [Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Lei Complementar 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 e 155/2016 e Decreto Federal nº 8.538/2011, bem como pelos Decretos Municipais nº 006/2024, de 08 de fevereiro de 2024, nº 036/2024, de 30 de dezembro de 2024 e nº 002/2025, de 30 de janeiro de 2025, e demais normas aplicáveis.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

DATA E HORÁRIO (BRASÍLIA) PARA INÍCIO DE PROPOSTA:	15/08/2025 às 09:00h
DATA E HORÁRIO (BRASÍLIA) PARA ABERTURA DE PROPOSTA:	20/08/2025 às 09:h e 01min
ENDEREÇO	www.portaldecompraspublicas.com.br

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA.

1.1. Realização de Dispensa de Licitação Eletrônica conforme o Artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021, para a contratação de empresa especializada para o **FORNECIMENTO DE OBRAS LITERÁRIAS ESPECÍFICAS, PREVIAMENTE DEFINIDAS E SELECIONADAS PELAS COORDENADORAS PEDAGÓGICAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE AFRÂNIO-PE**. As referidas obras foram escolhidas de forma criteriosa, levando em conta os objetivos pedagógicos de cada etapa de ensino, contemplando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental I e II, e Educação de Jovens e Adultos (EJA), anexo deste edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.1. Poderão participar desta licitação as interessadas que detenham atividades pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação e que estejam enquadradas como **MICROEMPRESA - ME, EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI E/OU ÀS COOPERATIVAS - COOP** que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, tudo em conformidade com o art. 48 da Lei Complementar nº Lei Complementar 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 e 155/2016 e Decretos 8.538/2015, 10.273/2020.

2.2. Tratando-se de **ME/EPP/MEI/COOP** que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, e que não se encontram em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008,

147/2014 e 155/2016 e Decretos 8.538/2015, 10.273/2020, **deverão declarar o exercício do direito de preferência previsto em Lei.**

2.3. A participação implica a aceitação integral dos termos deste Edital.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente pela a plataforma do Portal de Compras Públicas <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, com a proposta como preço e os documentos de habilitação, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, através de declaração formal, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

4.1. O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NA PLATAFORMA DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> DA SEGUINTE FORMA:

4.1.1 Valor unitário e total para cada item, em moeda corrente nacional;

4.1.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

4.1.3 Para elaboração da proposta comercial deverá ser observado todos os termos constantes no "TERMO DE REFERÊNCIA", onde fica definido a descrição dos itens e quantidades.

4.1.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

4.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

4.3 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4 O prazo de validade da proposta será, no máximo, **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

4.5 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.6 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas

necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1. Os documentos, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, que são:

5.1.1. Habilitação jurídica

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, **acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;**

d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional(PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União(DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

f.1) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

f.2) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

5.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

5.1.4. Qualificação Técnica

a) Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação através de apresentação de **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

a.1). Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

b) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto

contratado, dentre outros documentos;

5.1.5. Apresentar alvará de funcionamento.

6. DO INSTRUMENTO DO CONTRATO.

6.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. O prazo de convocação **poderá ser prorrogado uma vez, por igual período**, mediante solicitação do licitante mais bem classificado e convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

6.3. O contrato será assinado por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema.

6.4. Este edital e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser assinado entre a PREFEITURA e o licitante vencedor, no qual ficará estabelecido que o foro da cidade de Afrânio-PE, será o único competente para dirimir todas e quaisquer dúvidas oriundas da interposição dos termos contidos no instrumento contratual;

6.5. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contratado, conforme estabelece o art. 125, da Lei nº 14.133/2021.

7. DOS RECURSOS.

7.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

7.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

7.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

7.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

7.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

7.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

7.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

7.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo,

encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

7.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

8.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

8.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d. deixar de apresentar amostra;
- e. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

8.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

a. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

8.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

8.1.5. fraudar a licitação

8.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

8.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

8.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.



8.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

8.2.1. advertência;

8.2.2. multa;

8.2.3. impedimento de licitar e contratar e

8.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

8.3.2. as peculiaridades do caso concreto

8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

8.4.1. Para as infrações previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

8.4.2. Para as infrações previstas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e **8.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

8.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita

no item 8.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

8.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da **abertura do certame**.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/> no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do site eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



10.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

10.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

10.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

10.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

10.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

10.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

10.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

10.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

10.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I-TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.

ANEXO II-MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE EMPREGADO MENOR

AUTORIDADE COMPETENTE
RICARDO DE ARAUJO RODRIGUES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

01. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação, por meio de Dispensa Eletrônica conforme previsto no artigo Art.75, Inciso II da Lei Federal 14.133/2021, de empresa especializada para o fornecimento de obras literárias específicas, previamente definidas e selecionadas pelas coordenadoras pedagógicas da Rede Municipal de Ensino de Afrânio-PE. As referidas obras foram escolhidas de forma criteriosa, levando em conta os objetivos pedagógicos de cada etapa de ensino, contemplando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental I e II, e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A seleção dos títulos e editoras foi realizada com base nas demandas identificadas pelas unidades escolares e com alinhamento às diretrizes pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação, visando assegurar que os materiais adquiridos atendam às reais necessidades do processo de ensino e aprendizagem.

ITEM	LITERATURA INFANTIL	UNIDA DE	QUA NT.	VALOR UNITÁ RIO	VALOR TOTAL
01	WHO AM I? ABACATE – ARIANA LOBO, ISBN:978-65-81000-35-6.	LIVROS	20	55,25	1.105,00
02	WHO AM I? LIMÃO – ARIANA LOBO, ISBN:978-65-81000-33-2.	LIVROS	20	54,80	1.096,00
03	AVISO AO REI LEÃO – THEREZINHA CASA SANTA, ISBN:978-85-10-04607-7.	LIVROS	20	57,95	1.159,00
04	ONDE ESTÁ A MAMÃE? – THEREZINHA CASA SANTA; ISBN:978-85-10-04468-4.	LIVROS	20	59,28	1.185,60
05	TARSILO E O PAPAGAIO JUVENAL – MÉRCIA MARIA LEITÃO, ISBN: 978-85-10-05032-6.	LIVROS	20	59,00	1.180,00
06	VIDA DURA DE BORRACHA – REGINA RENNÓ, ISBN:978-85-10-04193-5.	LIVROS	20	58,90	1.178,00
07	DE QUE JEITO SOU EU? – BIA VILELA, ISBN:978.851.006.525-2.	LIVROS	20	53,95	1.079,00
08	A TARTARUGA MAIS LEGAL – NAIARA SOUZA, ISBN: 978-65-88425-91-6.	LIVROS	20	54,24	1.084,80
09	PEIXINHO DOURADO VAI PASSEAR – THEREZINHA CASASANTA, ISBN:978-85-10044-96-7.	LIVROS	20	58,88	1.177,60
10	CORES E SABORES – DEBORAH DE ARAÚJO MAIA, ISBN: 978-65-88425-46-6.	LIVROS	20	66,29	1.325,80
11	ENQUANTO SEU LOBO NÃO VEM – DEBORAH DE ARAÚJO MAIA, ISBN:978-65-88425-46-6.	LIVROS	20	47,40	948,00
12	OS MONSTROS DO BEM – DEBORAH DE ARAÚJO MAIA, ISBN: 978-65-88425-30-5.	LIVROS	20	66,29	1.325,80
13	GIRAFINHA FLOR FAZ UMA DESCOBERTA -THEREZINHA CASASANTA, ISBN: 978-85-10045-65-0.	LIVROS	20	59,00	1.180,00
14	A LESMA E A LINHA – BIA VILLELA, ISBN:978-85-10-08036-1.	LIVROS	20	48,87	977,40



ITEM	LITERATURA FUNDAMENTAL I	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	MERGULHO (4º ANO) – VOLNEI CANÔNICA, ISBN:978-85-10-09027-8.	LIVROS	42	52,47	2.203,74
16	FUZUÊ NO MANGUEZAL (4º ANO) – PAULA VALÉRIA ANDRADE, ISBN: 978-85-10-08893-0.	LIVROS	42	59,07	2.480,00
17	OS MENINOS E OS TEXTOS (4º E 5º ANO) – DEBORAH DE ARAÚJO MAIA, ISBN:978-65-88425-63-3.	LIVROS	42	62,53	2.626,26
18	NEVASCA, O URUBU (5ºANO) - DAYANE COSTA OLIVEIRA DA SILVA, ISBN:978-65-88425-90-9.	LIVROS	42	51,32	2.155,44
19	DEBAIXO DA VIA LÁCTEA (5º ANO) – JÚLIO EMÍLIO BRAZ, ISBN:978-85-10-09072-8.	LIVROS	42	54,88	2.304,96
20	OS BONS PEDAÇOS DO CORAÇÃO (2º E 3º ANO) – DEBORAH DE ARAÚJO MAIA, ISBN:978-65-88425-35-0.	LIVROS	42	62,92	2.642,64
21	ROMROM DE AMOR (3ºANO) – DAYANE COSTA O. DA SILVA.	LIVROS	42	51,46	2.161,32
22	T.REX: O DINOSSAURO QUE ERA UM HAMSTER (4ºANO) – DAYANE COSTA O. DA SILVA.	LIVROS	42	51,31	2.155,02
23	A ABELHA ABÍLIA (4ºANO) – FERNANDO VILELA E FLÁVIO ALTERTHUM, ISBN: 978-85-10-09893-9.	LIVROS	42	51,93	2.181,06
24	MEU AMIGO FLOQUINHO (1º ANO) – DAYANE COSTA O. DA SILVA, ISBN:978-65-88425-27-5.	LIVROS	42	52,00	2.184,00
25	RODA DO CANTO E DO BRINCAR (1º ANO) – DEBORAH DE ARAÚJO MAIA, ISBN: 978-65-88425-82-4.	LIVROS	42	62,53	2.626,26

ITEM	LITERATURA FUNDAMENTAL II	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
26	ENTRE SILÊNCIOS E GESTOS (9ºANO) – MARCOS ARTHUR, ISBN:978-85-10-06154-54.	LIVROS	24	72,63	1.743,12
27	O CAMINHO DAS ESTRELAS (8º ANO) – RAUL DREWNICK, ISBN:978-85-10-06140-7.	LIVROS	24	72,63	1.743,12
28	O MENINO DO PORTINARI (8ºANO) – CAIO RITER, ISBN:978-85-10-05994-7.	LIVROS	24	72,63	1.743,12
29	OLIVER TWIST (8ºANO) – CHARLES DICKENS ADAPTAÇÃO DE TELMA GUIMARÃES, ISBN:978-85-10-08033-0	LIVROS	24	70,45	1.690,80
30	BEIJADOS PELO SOL (7ºANO) - ROGÉRIO ANDRADE BARBOSA, ISBN: 978-85-10-06572-6.	LIVROS	24	65,53	1.572,72
31	VOLTA AO MUNDO EM OITENTA DIAS -AROUND THE WORLD IN EIGHTY DAYS (7ºANO) – JÚLIO VERNE - ADAPTAÇÃO DE TELMA GUIMARÃES, ISBN:978-85-10-07431-5.	LIVROS	24	76,59	1.838,16
32	DE MEMES E MEMÓRIAS (8ºANO) -LEO CUNHA, ISBN:978-65-5817-873-6.	LIVROS	24	66,77	1.602,48
33	DEU A LOUCA NO GUARDA-ROUPA (8ºANO) - JONAS RIBEIRO, ISBN: 978-85-10-04408-0.	LIVROS	24	69,77	1.674,48
34	NA ESTRADA DOS SONHOS (6ºANO) – LUÍS PIMENTAL, ISBN:978-85-10-08928-9.	LIVROS	24	49,81	1.195,44
35	MALAIKA, FORÇA DO CONGO (7º ANO) -CASSIANA PIZZAIA, RIMA AWADA ZAHRA, ROSI VILAS BOAS, ISBN: 978-85-10-08536-6	LIVROS	24	76,59	1.838,16

ITEM	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
36	ABECEDÁRIO DE3 AROMAS: COZINHANDO COM TEMPERO E POESIA - CÉSAR OBDEID, ISBN:978-85-10-07205-2.	LIVROS	12	87,92	1.055,04
37	CHEIRO DE MATO – REGINA RENNÓ, ISBN:978-85-10-04841-5	LIVROS	12	65,34	784,08

02. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Faz-se necessária a contratação de empresa especializada na aquisição de obras literárias específicas, conforme seleção técnica realizada pelas coordenadoras pedagógicas da Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, e Educação de Jovens e Adultos (EJA), com base em critérios pedagógicos, faixa etária e alinhamento às diretrizes curriculares da Rede Municipal de Ensino de Afrânio-PE. Essa seleção encontra-se formalizada no ofício em anexo, o qual detalha os títulos e especificações técnicas dos materiais demandados pelas unidades escolares.

2.2. A presente iniciativa se justifica pela necessidade de garantir que todas as escolas da rede municipal de ensino básico estejam adequadamente abastecidas com conteúdos pedagógicos atualizados, de qualidade e coerentes com os projetos de ensino em desenvolvimento. A aquisição desses materiais contribuirá diretamente para o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem, a promoção de práticas de leitura significativas e a melhoria dos indicadores educacionais.

2.3. Além disso, a disponibilização dessas obras é essencial para a criação de um ambiente educacional enriquecedor, que valorize a formação leitora dos alunos e ofereça suporte adequado ao trabalho dos docentes. A medida também assegura conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação, promovendo equidade no acesso a recursos didáticos em toda a rede.

2.2. Essa iniciativa se justifica para assegurar o acesso dos alunos a materiais atualizados e de qualidade, contribuindo diretamente para o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem e a melhoria dos índices educacionais. Além disso, a disponibilização desses materiais é fundamental para criar um ambiente educacional enriquecedor, alinhado às diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, beneficiando não apenas os estudantes, mas também os servidores envolvidos na condução das atividades pedagógicas.

03. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO



3.1. O fornecimento dos materiais, conforme quantidades e descrições no item 1.1, é para atender as necessidades das Escolas da Rede Municipal de Ensino e da Secretaria Municipal de Educação de Afrânio-PE.

3.2. Os itens estão organizados por faixas etárias, abrangendo Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Contudo, para fins de modo de disputa, o critério adotado será o menor preço por item.

3.3. No processo de dispensa eletrônica para aquisição de livros, será adotado o modo de disputa aberto, conforme previsto no Art. 56 da Lei 14.133/21, utilizando-se o critério de menor preço "por item" para a concorrência."

4. DA AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA

4.1. A aquisição dos materiais bibliográficos está fundamentada nos pressupostos do art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 75. É dispensável a licitação

(...)

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (Sessenta e dois mil e setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras em 30 de dezembro de 2024, foi publicado o Decreto nº 12.343, que atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, essas atualizações entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025;

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.2. Em razão do valor, as empresas participantes deverão ser **MICROEMPRESA - ME, EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI E/OU ÀS COOPERATIVAS - COOP QUE SE ENQUADREM NOS TERMOS DO ART. 34, DA LEI FEDERAL Nº 11.488/2007, TUDO EM CONFORMIDADE COM O ART. 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06, ALTERADA PELAS LEIS COMPLEMENTARES 128/2008, 147/2014 E 155/2016 E DECRETO FEDERAL 8.538/2015;**

5.3. O prazo para fornecimento dos materiais bibliográficos é de até no máximo 10 (dez) dias a contar do recebimento da nota de empenho;

5.4. A entrega dos itens e/ou fornecimento dos materiais bibliográficos no local indicado pela contratante é de responsabilidade da contratada, devendo a mesma possuir pessoal habilitado para descarregamento do material, quando necessário;

5.5. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ã) o apresentar toda a documentação necessária à habilitação, inclusive as declarações conforme modelos dos Anexos I deste termo de Referência, quando da solicitação da Coordenadoria Geral de Licitações e Contratos.

6. CLASSIFICAÇÃO DOS MATERIAIS

6.1. Os materiais bibliográficos que serão adquiridos por meio desta dispensa eletrônica são considerados comuns, pois apresentam características padronizadas e de fácil avaliação. Seus padrões de desempenho e qualidade são definidos de forma objetiva, seguindo especificações amplamente adotadas no mercado.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO.

7.1. O LICITANTE DEVERÁ ENCAMINHAR SUA PROPOSTA NO SEGUINTE ENDEREÇO:
<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>;

7.2. A proposta deverá indicar:

7.2.1. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

7.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

7.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços;

7.5. Os preços ofertados na proposta, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

7.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

7.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Apresentação de no mínimo 01 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove os serviços e fornecimento contido no mesmo escopo do sistema solicitado no edital.

8.2. No(s) referido(s) atestado deverá, obrigatoriamente, constar a razão social/C.N.P.J/endereço/contato/nome e cargo de quem o emitiu.

8.3. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial ou pelo próprio concorrente.

8.4. Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com a lei 14.133/2021,

8.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. DO ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.1.1. REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresário individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

9.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – IRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.4. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

9.1.5. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples – exceto cooperativas no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria

em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

9.1.6. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.1.7. REGISTRO NA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:

- a. Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 a 21 da lei 5.764/71;
- b. Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa (diretoria e conselheiros), consoante art. 47 da lei 5.764/71;
- c. Ata de fundação da cooperativa;
- d. Ata de assembleia que aprovou o estatuto social;
- e. Regimento Interno com a Ata da assembleia que o aprovou;
- f. Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembleia que os aprovou;
- g. Editais das 03 (três) últimas assembleias gerais extraordinárias.

9.2. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.2.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial e/ou concordata expedida dentro de um prazo máximo de 60 (sessenta) dias anteriores à sessão de entrega e abertura dos envelopes de habilitação, pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou dentro do prazo de validade constante no documento.

9.2.1.1. Certidão Negativa de Processo Judicial Eletrônico (PJE) da sede da Pessoa Jurídica **para fins de participação em licitação**, dentro do prazo de validade constante no documento.

9.2.1.1.1. Só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame.

9.3. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.3.1. PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL da sede ou filial da licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentar igualdade de CNPJ.

9.3.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda **(C.N.P.J.)** com situação ativa.

9.3.1.2. Prova de regularidade para com a **FAZENDA FEDERAL** através de **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO** expedida pela Secretaria da Receita Federal, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal no. 8.212/1991.

9.3.1.3. Prova de regularidade para com a **FAZENDA ESTADUAL** do domicílio ou sede da empresa licitante, através da **CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL** expedido pela Secretaria da Fazenda Estadual.

9.3.1.4. Prova de regularidade para com a **FAZENDA MUNICIPAL** do domicílio ou sede da empresa licitante, através de **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS** expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal sede da licitante.

9.3.1.5. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRS) OU EQUIVALENTE, perante o **Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, da jurisdição da sede ou filial da licitante, devendo o mesmo ter igualdade de C.N.P.J. com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal.

9.3.1.5.1. No caso de **COOPERATIVA**, a mesma está dispensada da apresentação dos documentos relativos ao FGTS dos cooperados. Para efeito desta dispensa, deverá apresentar o seguinte:

9.3.1.5.1.1. DECLARAÇÃO constando que, caso vencedor da licitação, o objeto será prestado, produzido ou comercializado por ela própria através de seus cooperados.

9.3.1.5.1.2. ATA DA SESSÃO em que os cooperados autorizaram a cooperativa a participar da licitação e executar o contrato caso seja vencedora.

9.3.1.5.1.3. RELAÇÃO DOS COOPERADOS que prestarão, produzirão ou comercializarão o objeto da licitação discriminado, comprovando através de documento a data de ingresso de cada um deles na cooperativa.

9.3.1.5.2. Caso a **COOPERATIVA** tenha empregados em seus quadros, esta deverá juntar os documentos comprobatórios de recolhimento do FGTS relativo a eles.

9.3.1.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, fornecida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho, com prazo de validade em vigor, nos termos do art. 642-A da CLT c/c o art. 29, Inciso V da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

9.3.1.7. Prova de inscrição **no Cadastro de Contribuintes do Estado ou Município**, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4. O cumprimento do disposto no **inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal**, será comprovado mediante documento firmado pelo interessado ou seu representante legal, em que declare, sob as penas da lei, que não emprega mão de obra que constitua violação ao disposto naquele preceito constitucional. **(ANEXO I)**

10. FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

10.1. Os materiais devem ser entregues na totalidade do objeto, no prazo de até no máximo **10 (dez) dias**, a partir da solicitação oficial da Secretaria, que deverá ser através de requisição emitida e assinada, mediante a autorização do responsável da Secretaria, contado do recebimento da Nota de Empenho e/ ou assinatura do Ata contrato.

10.2. Os materiais serão entregues provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

10.3. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.4. Os materiais serão fornecidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

10.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da Contratante:

11.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

11.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

11.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao serviço do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

11.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

12.1.2. É de responsabilidade da contratada a retirada dos materiais adquiridos do veículo de transporte, incluindo se for o caso, o fornecimento de maquinário e/ou de pessoas para este

fim. A descarga do veículo será feita no local indicado na ordem de fornecimento pela CONTRATANTE;

12.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

12.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Dispensa de Licitação;

12.1.7. Indicar preposto para apresentá-la durante a execução do contrato.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As obrigações financeiras assumidas correrão por conta dos recursos constantes da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 0801
Funcional: 12 122 1201 2994 0000
Ficha: 730
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00
Fonte: RECURSO PRÓPRIO

Unidade Orçamentária: 0801
Funcional: 12 122 1201 2994 0000
Ficha: 731
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00
Fonte: Salário Educação

Unidade Orçamentária: 0801
Funcional: 12 122 1201 2994 0000
Ficha: 732
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00
Fonte: FUNDEB 30%

Unidade Orçamentária: 0801
Funcional: 12 361 1201 2163 0000
Ficha: 855
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00
Fonte: VAAR

Unidade Orçamentária: 0801
Funcional: 12 361 1201 2896 0000
Ficha: 757
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00
Fonte: Manutenção das Atividades da Escola em Tempo Integral

Unidade Orçamentária:0801
Funcional: 12 365 1201 2179 0000
Ficha: 882
Elemento da Despesa: 3.3.90.30.00
Fonte: VAAT

14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

14.2. Fiscalização Técnica

I - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

II - O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117);

III - Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

IV - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

V - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

VI - O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

VII - O Contrato será fiscalizado por **JANAYNNA GONÇALVES LOPES D BARROS LIMA.**

14.3. Gestor do Contrato

14.4. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e

fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

14.5. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

14.6. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

14.7. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

14.8. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

14.9. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

14.10. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de pagamentos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

14.11. O Gestor do Contrato será **Franciely Marques Coelho**.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado até o **10º (décimo) dia** do mês subsequente após a efetiva entrega dos materiais, devidamente comprovada e atestada pelo funcionário responsável. O recibo comprovante da entrega deverá ser encaminhado à **Secretaria Municipal de Educação**, para emissão de empenho acompanhada da documentação necessária para que

seja efetuado o pagamento.

15.2. A Nota fiscal/ Fatura emitida pela CONTRATADA deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do contrato, nº do processo, e da Ordem de Empenho, a fim de acelerar o trâmite de liberação do documento fiscal para pagamento.

16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de 01 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

17.1.1. Der causa à inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.1.3. Não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do prazo;

17.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;

17.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

17.1.6. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

17.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

17.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de R\$ 50,00(cinquenta reais);

17.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

17.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

17.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

17.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.

17.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.3. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.5, 16.2.6 e 16.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art.156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

17.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município de Afrânio – PE, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa Municipal e cobrados judicialmente.

17.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

18.1. O valor global máximo permitido da aquisição é de **R\$ 60.204,36 (Sessenta mil duzentos e quatro reais e trinta e seis centavos)** conforme as pesquisas de preços realizadas.

18.2. A presente cotação foi realizada com base em pesquisas no Banco de Preços, visando garantir economicidade e transparência na escolha das obras. Os títulos selecionados pertencem à mesma linhagem temática e abordam, de forma complementar, o mesmo segmento de conhecimento. Embora não apresentem títulos idênticos, compartilham objetivos pedagógicos similares, oferecendo diferentes perspectivas e metodologias que enriquecem o processo de aprendizagem.

18.3. A diversidade das obras selecionadas dentro da mesma uniformidade temática, conforme evidenciado nas cotações realizadas, permite a comparação entre autores com abordagens variadas, fortalecendo a formação crítica dos leitores e alinhando-se às diretrizes educacionais. As cotações múltiplas das obras não apenas demonstram a viabilidade financeira da aquisição por meio do Banco de Preços, como também asseguram a competitividade e o cumprimento dos princípios da legalidade, eficiência e impessoalidade no processo

Afrânio – PE, 03 de julho 2025.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
FRANCIELY MARQUES COELHO
GESTOR (A) DE CONTRATOS**

Lutar e Vencer



PREFEITURA DE
AFRÂNIO
AFRÂNIO EM BOAS MÃOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO
Rua Afonso Arinos de Melo Franco, N° 101, Bairro Isabel Gomes, Afrânio – PE
CEP: 56360-000 Fone: (87) 3868-1054 CNPJ: 10.358.174/0001-84



PREFEITURA DE
AFRÂNIO
AFRÂNIO EM BOAS MÃOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO
Rua Afonso Arinos de Melo Franco, Nº 101, Bairro Isabel Gomes, Afrânio – PE
CEP: 56360-000 Fone: (87) 3868-1054 CNPJ: 10.358.174/0001-84

ANEXOS



Ofício Nº 0287

Afrânio/PE, 18 de junho de 2025.

Ao

Setor Administrativo e Financeiro

Assunto: Aquisição de Obras Literárias para a Rede Municipal de Ensino de Afrânio-PE

Prezado(a) Senhor(a),

Considerando a importância de garantir o acesso das crianças à literatura de qualidade, com obras que favoreçam o desenvolvimento da linguagem, da imaginação, de expressão oral e da construção de vínculos afetivos com o universo da leitura, viemos por meio deste solicitar a aquisição de obras literárias para cada modalidade de ensino.

- A aquisição de obras literárias dos autores Therezinha Casasanta, Ariana Lobo, Mércia Maria Leitão, Regina Rennó, Bia Vilela, Naiara Souza, Deborah de Araújo Maia, para a Educação Infantil da Rede Municipal de Afrânio representa um investimento essencial para a promoção da leitura literária desde os primeiros anos escolares. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta que as crianças, desde a primeira infância, tenham acesso a textos de qualidade que ampliem o repertório linguístico, cultural e imaginativo, desenvolvendo a oralidade, a escuta, a criatividade e a formação de vínculos afetivos com a literatura. As obras se destacam-se por sua linguagem poética, acessível e sensível, com temáticas que dialogam com o universo infantil de forma lúdica e educativa. Diante disso, a aquisição das obras visa enriquecer o acervo das escolas municipais, garantir o acesso das crianças a uma literatura de qualidade e fortalecer as práticas pedagógicas de incentivo à leitura literária no cotidiano escolar.

- A aquisição de obras literárias de autores como Paula Valéria Andrade, Volnei Canônica, Déborah de Araújo Maia, Dayane Costa Oliveira da Silva, Júlio Emílio Braz e Fernando Vilela é uma ação pedagógica estratégica para fortalecer as práticas de leitura e escrita nas turmas dos Anos Iniciais (1º ao 5º ano) da Rede Municipal de Afrânio.

Nas turmas do Fundamental I Anos Iniciais, a literatura tem papel fundamental no desenvolvimento da compreensão leitora, da produção textual, da imaginação, da criatividade e da construção do pensamento crítico, habilidades essenciais para a formação integral dos estudantes. As obras desses autores se destacam por sua diversidade temática, riqueza linguística, ilustrações de qualidade e abordagens que despertam o interesse das crianças, tornando o processo de leitura mais prazeroso e significativo.



FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Coronel Clementino Coelho, 203 - Centro - Afrânio-PE - CEP: 56360-000
Fone: (87) 3868-1054 - CNPJ: 29.945.539/0001-03

Digitalizado com CamScanner



PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO
Rua Afonso Arinos de Melo Franco, Nº 101, Bairro Isabel Gomes, Afrânio - PE
CEP: 56360-000 Fone: (87) 3868-1054 CNPJ: 10.358.174/0001-84

Cada um desses autores traz em sua produção elementos que dialogam com o universo infantil, abordando temas como amizade, diversidade, emoções, meio ambiente, cultura e valores humanos. A presença dessas obras nas escolas permitirá a realização de projetos de leitura, feiras literárias, rodas de conversa e atividades interdisciplinares, além de enriquecer o trabalho pedagógico dos professores e tornar o ambiente escolar mais acolhedor e estimulante para a leitura.

-A leitura literária nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) é fundamental para o desenvolvimento da interpretação crítica, da capacidade de argumentação, da formação cidadã e do protagonismo juvenil. A aquisição de obras de autores como Marcos Arthur, Raul Drewnick, Caio Riter, Charles Dickens, Rogério Andrade Barbosa, Leo Cunha, Jonas Ribeiro, Júlio Verde, Luiz Pimentel e Cassiana Pizaia, visa enriquecer o acervo das escolas da Rede Municipal de Afrânio, proporcionando aos estudantes contato com uma literatura diversificada, provocativa e que dialogue com os interesses e questionamentos típicos da adolescência.

As obras desses autores abordam temas atuais e relevantes para os jovens, como identidade, diversidade cultural, valores sociais, direitos humanos, cidadania, emoções e questões ambientais. Essas temáticas, tratadas de forma literária, estimulam o pensamento crítico, o debate e a reflexão sobre o mundo em que os estudantes estão inseridos.

A formação de um acervo atualizado e adequado ao público adolescente permitirá a realização de atividades pedagógicas como clubes de leitura, projetos interdisciplinares, rodas de conversa, produção de resenhas e debates literários, potencializando o gosto pela leitura e o engajamento dos estudantes.

- A literatura na EJA tem papel essencial não apenas na formação de competências de leitura e escrita, mas também na valorização da trajetória de vida dos estudantes, no resgate de memórias e na promoção da cidadania. As obras de César Obeid e Regina Rennó são reconhecidas por abordarem temáticas sociais, culturais e humanas de forma acessível, sensível e respeitosa com o público jovens e adultos, favorecendo a identificação dos estudantes com os personagens e as situações vividas nas histórias.

A aquisição de obras literárias de autores como César Obeidi e Regina Renault para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Rede Municipal de Afrânio é uma ação fundamental para promover o acesso à leitura, ampliar o repertório cultural e fortalecer o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes dessa modalidade. As obras desses autores são ferramentas pedagógicas importantes para despertar o prazer pela leitura, estimular a produção de textos e contribuir para a formação de sujeitos leitores, protagonistas de suas próprias histórias.



FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Coronel Clementino Coelho, 203 - Centro - Afrânio - PE - CEP: 56360-000
Fone: (87) 3868-1054 - CNPJ: 29.945.539/0001-03

Digitalizado com CamScanner



PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO
Rua Afonso Arinos de Melo Franco, Nº 101, Bairro Isabel Gomes, Afrânio - PE
CEP: 56360-000 Fone: (87) 3868-1054 CNPJ: 10.358.174/0001-84

A inclusão desses títulos no acervo das escolas da EJA permitirá que os professores desenvolvam projetos de leitura, rodas de conversa, oficinas de escrita e atividades de leitura compartilhada, conforme as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e das diretrizes da educação de jovens e adultos. Portanto, a aquisição dessas obras é uma medida necessária para garantir o direito dos estudantes da EJA ao acesso à literatura, promovendo uma educação mais inclusiva, humanizada e socialmente significativa.

Confiantes do pronto atendimento, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

Ilza Maria dos Santos Silva
Ilza Maria dos Santos Silva
Coordenadora da Educação Infantil

Patrícia de Lacerda Lucas
Patrícia de Lacerda Lucas
Coordenadora dos Anos Iniciais

Janaynna G. Lopes de B. Lima
Janaynna Gonçalves Lopes de Barros Lima
Coordenadora dos Anos Finais

Elaine Cristina Cavalcanti Ferreira
Elaine Cristina Cavalcanti Ferreira
Coordenadora da EJA



FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Rua Coronel Clementino Coelho, 203 - Centro - Afrânio-PE - CEP: 56360-000
Fone: (87) 3868-1054 - CNPJ: 29.945.539/0001-03

Digitalizado com CamScanner



PREFEITURA MUNICIPAL DE AFRÂNIO
Rua Afonso Arinos de Melo Franco, Nº 101, Bairro Isabel Gomes, Afrânio - PE
CEP: 56360-000 Fone: (87) 3868-1054 CNPJ: 10.358.174/0001-84

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., INSCRITO NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A), PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº..... E CPF Nº....., DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO INC. VI DO ART. Nº 68 DA LEI Nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ ()¹.

.....
(DATA)

